



I ENDER - Encontro Interdisciplinar de
Desenvolvimento Regional

III SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação
do Grupo de Pesquisa GERA

7, 8 e 9 de Junho

Políticas Públicas

Programa Nacional de Habitação Rural: a importância como Política Pública

Cláudia Chies¹

Resumo: nas últimas décadas houve um aumento expressivo de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. A presente pesquisa aborda sobre o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) analisando os alcances dessa política pública. Assim objetiva avaliar o PNHR para a garantia da oferta de melhores condições de vida aos trabalhadores rurais e a permanência no campo. Para tanto se baseia na perspectiva dialética e no levantamento de referenciais teóricos. Os resultados indicam que o PNHR é importante na melhoria das condições de vida dos agricultores, na promoção da permanência de famílias no campo, porém que é necessário desburocratizar e ampliar o acesso ao programa, bem como garantir seu funcionamento regular, tornando-se uma política efetiva de Estado.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Agricultura Familiar; PNHR.

Introdução

As políticas públicas podem ser compreendidas como o conjunto de ações governamentais e do poder público em geral, que visam intervir em algum setor e/ou em alguma situação específica, a fim de: contribuir com a resolução de problemas enfrentados pela população ou por determinado grupo; estimular setores da economia; subsidiar atividades de relevância à população; criar infraestrutura e proporcionar a manutenção das entidades que atendem aos diversos segmentos sociais; promover a inclusão social de grupos diversos, entre outros objetivos.

Nas últimas décadas foram promovidas variadas políticas públicas com objetivo de fortalecimento da agricultura familiar, dentre as quais destacamos neste trabalho o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). O PNHR se configurou como uma política diferenciada, indo além da dimensão produtiva, e atendeu a uma demanda das organizações representativas dos agricultores familiares como a

¹ Doutora em Geografia, Docente do Colegiado de Geografia da Unespar, Campus de Campo Mourão.
claudiachies@hotmail.com



I ENDER - Encontro Interdisciplinar de
Desenvolvimento Regional

III SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação
do Grupo de Pesquisa GERA

7, 8 e 9 de Junho

Contag e o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

O objetivo geral do trabalho é avaliar o PNHR para a garantia da oferta de melhores condições de vida aos trabalhadores rurais e a permanência no campo.

Metodologia

Partimos da perspectiva dialética para a realização da presente pesquisa, buscamos assim a realização de uma análise que considere as contradições existentes no assunto em estudo, promovendo o debate crítico e avançando no entendimento da temática. Como metodologia nos baseamos nos levantamentos de referenciais teóricos a partir de pesquisas já desenvolvidas sobre o tema, avaliando criticamente os resultados.

Resultados e Discussões

Peters (1986) define política pública como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Neste sentido, entendemos que tais ações devem voltar-se à busca da melhoria das condições de vida da população, sobretudo dos seguimentos sociais menos favorecidos diante do contexto capitalista.

Dye (1984) também trás uma análise interessante ao definir política pública, pois a evidencia como aquilo que o governo escolhe, ou não fazer, ou seja, as ações governamentais dependem da vontade política, da ideologia defendida pelos representantes governamentais, das prioridades que estabelecem. Sendo assim, evidenciamos políticas públicas e prioridades diferentes, a depender de quem está no poder e das alianças políticas que faz.

A partir da década de 1990 houve a formulação de variadas políticas públicas voltadas à agricultura familiar, continuadas ainda com mais ênfase e variações nos anos 2000, em face à representatividade e importância social desse segmento produtivo. Se até a década de 1990 o segmento da agricultura familiar não era beneficiado com políticas públicas específicas, a questão da habitação para famílias



I ENDER - Encontro Interdisciplinar de
Desenvolvimento Regional

III SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação
do Grupo de Pesquisa GERA

7, 8 e 9 de Junho

do meio rural, só veio a surgir em 2003 com a criação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

O PNHR é um programa do Governo Federal criado em 2003 com objetivo de reduzir o histórico déficit habitacional dos territórios rurais, oferecendo acesso facilitado à política social de habitação rural por parte dos agricultores familiares em condições socioeconômicas mais vulneráveis. Objetiva a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, por meio do repasse de recursos do Orçamento Geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Sabemos que grande parte das habitações no meio rural se encontra em situação precária, e que uma política que garanta habitações em melhores condições é essencial para aumentar a qualidade de vida no campo e amenizar o êxodo rural.

Assim como nas demais políticas públicas para a agricultura familiar, um efeito positivo com as experiências do PNHR foi o envolvimento de vários setores da sociedade em sua execução.

Rover e Munarini (2010), ao estudarem a realidade do PNHR em quatro municípios do Oeste de Santa Catarina: Chapecó, Cordilheira Alta, Guatambu e Nova Itaberaba, constataram:

Muitas famílias beneficiadas pelo programa expressaram grande satisfação em realizar o sonho da construção ou reforma de sua casa. Isto provoca um forte efeito na autoestima das famílias, fortalecendo tanto o desejo de permanecer no espaço rural, como a expectativa de continuidade dos jovens na atividade (ROVER; MUNARINI, 2010, p.261).

No entanto, nesta mesma pesquisa os autores também confirmaram:

Mesmo a microrregião em estudo sendo considerada um exemplo de avanço do Programa, verificou-se que a maioria das famílias que nele se inscreveram não foi contemplada. A não disponibilidade de recursos pelo Governo Federal, a falta de recursos dos agricultores para a contrapartida e o não enquadramento de alguns deles nas regras do Programa são os principais motivos que mantêm esta demanda reprimida (ROVER; MUNARINI, 2010, p.261).



I ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

III SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

7, 8 e 9 de Junho

Chies (2017), ao estudar a realidade de municípios do Noroeste Paranaense enfatiza a importância do PNHR na manutenção das famílias no campo, mas faz a ressalva de que só a moradia não é suficiente nesse aspecto, que é preciso o acesso a outras políticas públicas e à assistência técnica que contribua para as condições de produção.

Além disso, a autora ainda destaca que o PNHR é uma importante ferramenta para a melhoria das condições de vida das famílias no meio rural, assim como um fator de aumento de autoestima dos agricultores familiares, porém explica que ainda se apresenta como uma política restrita, atingindo uma parcela pequena da demanda e necessitando desta forma, de aprimoramento (CHIES, 2017).

Outras dificuldades apontadas por Chies (2017), são: a burocracia para participação dos agricultores no programa; a paralisação/congelamento do programa que vem ocorrendo desde 2015 por falta de recursos. A respeito das mudanças propostas ao PNHR com o Governo de Michel Temer, Mattei (2016, p.12) expõem:

Inicialmente o governo interino cancelou o programa. Devido às pressões das organizações sociais e sindicais o programa foi retomado, porém com diversas modificações em relação ao que vinha sendo implementado. Por um lado, foi retirado o tratamento diferenciado para os povos e comunidades tradicionais e para os beneficiários da reforma agrária e, por outro, foram feitas novas normas para as contratações e construções. Tais medidas apresentaram como resultado prático até o momento a paralisação do programa.

Dessa maneira constatamos um retrocesso no PNHR no que se refere às ações do Governo Michel Temer e defendemos a necessidade de manutenção e revigoramento do programa tendo em vista sua importância social.

Considerações finais

Avaliamos que o PNHR é um programa que proporciona condições mais dignas de vida aos beneficiários, visto que melhora consideravelmente suas residências e promove efetivamente a permanência de famílias no meio rural.



I ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

III SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

7, 8 e 9 de Junho

Porém o programa vem passando por paralisações desde 2015, devido à falta de liberação de recursos pelo Governo Federal. Além disso, a abrangência do programa é pequena diante da demanda existente, por conta de recursos insuficientes e das muitas exigências burocráticas limitantes à participação de inúmeros agricultores.

Neste sentido entendemos a necessidade de desburocratizar o programa a fim de oportunizar a participação de mais agricultores e destacamos ainda a importância de retomar esta política, tendo em vista sua relevância social.

Referências

CHIES, Cláudia. **Aposentadoria rural e políticas públicas para a agricultura familiar**: estudo dos municípios de Guaporema, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste – PR. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

MATTEI, Lauro. **O governo interino e a desestruturação da política agrária e de desenvolvimento rural do país**. Núcleo de Estudos de Economia Catarinense. Texto para discussão 018/2016. Disponível em: <
<http://necat.ufsc.br/files/2012/09/TD-018.pdf>>. Acesso em: 18 Jan. 2017.

PETERS, B. Guy. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

ROVER, Oscar José; MUNARINI, Paulo Roberto. A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 260-269, jul./dez. 2010.

SCHNEIDER, Sérgio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi; *Et al* (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.